

CB TALKS

Correio debaterá reforma tributária

Especialistas e autoridades vão discutir modelo que contribua, entre outras questões, para o país alcançar um crescimento econômico consistente

» RAPHAEL PATI*

Wallace Martins/Esp. CB/D.A Press



Mauro Silva: reforma é essencial para encerrar guerra fiscal e combater desigualdades regionais

A fim de debater a implantação da reforma tributária no Brasil e de que maneira ela interfere na vida do cidadão, o **Correio** promove um evento, no próximo dia 12 de abril, com a participação de especialistas no assunto. Entre os convidados da nova edição do **CB Talks**, Reforma Tributária: o Brasil quer impostos justos, está o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), Mauro Silva.

Ele lembra que 62,5% do PIB brasileiro corresponde ao consumo das famílias e 17%, investimento de empresas. “Estamos falando de quase 80% do PIB, que acaba sendo afetado por esse imposto sobre o consumo. A decisão de investimento das empresas é afetada (pela reforma tributária), bem como a capacidade de consumo das famílias. Ao simplificar a inflação sobre o consumo, é notório que nós podemos ter um bom incremento do PIB”, afirma.

Na avaliação do presidente da Unafisco, o debate sobre reforma tributária serve para desmistificar alguns pontos, como uma suposta explosão de tributos na área de saúde e educação. Nesses setores, ressalta Mauro Silva, incidirão somente alíquotas setoriais.

“Se você amplia o debate e mostra para os entes federativos que eles não perderão receita — pelo contrário, poderão ganhar a médio e longo prazo —, isso também ajuda. Então, a ampliação do debate ajuda a remover alguns ruídos que possam estar ocorrendo nessa comunicação a respeito da reforma tributária”, esclarece.

PECs no Congresso

A reforma tributária está em debate no Congresso Nacional por meio de Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que alteram a tributação sobre o consumo da população. As propostas mais discutidas à mesa são as PECs 45 e 110, que estabelecem a unificação de tributos, como PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI, em um único Imposto sobre Valor Agregado (IVA), já utilizado em mais de 170 países.

Na esfera federal, o novo



Se você amplia o debate e mostra para os entes federativos que eles não perderão receita — pelo contrário, poderão ganhar a médio e longo prazo —, isso também ajuda. Então, a ampliação do debate ajuda a remover alguns ruídos que possam estar ocorrendo nessa comunicação a respeito da reforma tributária”

Mauro Silva,
Presidente da Unafisco

tributo seria chamado de Contribuição sobre Bens e Serviços (IBS). Já no âmbito dos estados e municípios que, hoje, praticam a taxação dessa modalidade, ele seria intitulado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O presidente da Unafisco explica que, na prática, a principal mudança seria a cobrança no destino final e, não na origem, como ocorre atualmente.

“O que é cobrar na origem? Cobrar na origem significa que eu tenho interesse que uma fábrica se instale no meu estado, porque aqui, tendo origem, eu, estado A, terei uma arrecadação maior”, explica o presidente.

“Isso faz com que ocorra uma guerra fiscal. Ou seja, eu diminuo as alíquotas, de forma a atrair empresas ao meu estado. Na medida em que a cobrança se dá no destino, ou seja, não cobro mais onde se produz, e sim, onde se consome, a guerra fiscal desaparece. Porque a arrecadação será tanto maior quanto maior for o consumo daquele estado”, completa.

Desigualdades

Contudo, Mauro Silva alerta para efeitos negativos que

podem surgir com a mudança. Uma delas seria o agravamento de desigualdades sociais e regionais, já que o imposto incidirá no destino final onde o produto ou serviço é consumido. Ele afirma que existem mecanismos para se combater essas distorções.

“Outro cuidado que se tem que ter é não falar em alíquota única. Embora seja uma legislação única, não se deve ser rígido com relação à alíquota única. Porque você acabaria penalizando setores que hoje são submetidos a um imposto menor, como saúde e educação, e eles passariam a estar submetidos a uma alíquota na ordem de 25%, podendo chegar a 30%”, diz, ainda.

A nova edição do **CB Talks** será transmitida ao vivo nas redes sociais do **Correio Braziliense** em 12 de abril. O primeiro painel terá como tema a possibilidade de se implantar a reforma. O segundo painel tratará sobre “Um sistema a favor do crescimento”. Além de economistas de renome e representantes de entidades, o encontro terá a participação de parlamentares e ministros de Estado.

COMÉRCIO EM PAUTA

Trabalho que valoriza o Brasil



NOVO CENÁRIO REFORÇA IMPORTÂNCIA DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS PARA AS EMPRESAS

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) promoveu, no dia 21 de março, o workshop “As recentes alterações trabalhistas e as negociações coletivas”. O objetivo foi atualizar o debate sobre as formas pelas quais é possível aperfeiçoar as negociações coletivas e aprimorar o trabalho dos negociadores sindicais empresariais. Realizado pela Comissão de Negociação Coletiva do Comércio (CNCC), na sede da Confederação, no Rio de Janeiro, o evento foi transmitido pelo canal CNC Play, no YouTube, e teve mais de 500 participantes.

Participaram alguns dos maiores especialistas brasileiros em relações trabalhistas e sindicais, divididos em painéis que trataram de

diversos temas, entre eles o atual cenário econômico do País e suas repercussões nas negociações coletivas, as decisões do STF em matéria trabalhista e os principais destaques das leis que tratam do teletrabalho e a que incentiva a empregabilidade das mulheres.

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, ressaltou que a CNCC tem como princípios institucionais a promoção do intercâmbio de informações e a adoção de ações para aperfeiçoamento dos processos de negociações coletivas. “Precisamos fortalecer constantemente as negociações coletivas no âmbito do comércio de bens, serviços e turismo”, disse Tadros. “É assim que vamos seguir garantindo a necessária harmonia entre o capital e o trabalho”, completou.



Workshop promovido pela CNC no Rio de Janeiro reuniu alguns dos maiores especialistas brasileiros em relações trabalhistas e sindicais

RESERVAS NATURAIS DO SESC PRESERVAM O RICO PATRIMÔNIO AMBIENTAL BRASILEIRO

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) são unidades de conservação ambiental, reconhecidas pelo Estado brasileiro, mas localizadas em propriedades privadas. O principal objetivo dessas áreas é contribuir para a preservação da rica biodiversidade e dos recursos hídricos do País. O Sesc mantém duas reservas: a RPPN Sesc Tepequém, no município de Amajari, em Roraima, conhecida pela beleza e diversidade de seus pássaros nativos; e a RPPN Sesc Pantanal, no Mato Grosso, a maior reserva ambiental privada do País.

Além do manejo para conservação da natureza nas áreas de reserva, ambas as unidades prestam apoio às populações do seu entorno e promovem ações de turismo sustentável e educação

ambiental. Dessa maneira, o Sesc trabalha para ampliar a consciência — tanto de agentes locais quanto de visitantes — em relação à importância da preservação dos recursos naturais desses territórios.

Outras três áreas de conservação estão em processo de certificação como RPPN: a Reserva Natural Sesc Bertioga, em São Paulo, um importante espaço de preservação da Mata Atlântica, com mais de 650 espécies da flora e fauna da restinga; a Reserva Ecológica Sesc Iparana, localizada no município de Caucaia, no Ceará, que preserva um importante ecossistema costeiro, sendo um dos últimos fragmentos de Mata de Tabuleiros; e a Reserva do Sesc Serra Azul, que preserva parte do cerrado mato-grossense.

SENAC OFERECE MAIS DE 130 VAGAS GRATUITAS EM CURSOS PARA MORADORES DA ROCINHA, NO RIO

O Senac-RJ oferece 130 vagas em cursos gratuitos de qualificação profissional na Unidade Avançada de Hospitalidade, na Rocinha. De abril a junho, serão iniciadas novas turmas de capacitação para Práticas de Jardinagem, Porteiro e Vigia, Rotinas Administrativas para Empresas, Recepção de Hotéis: Operação e Procedimentos, Camareira - Técnicas de Limpeza e Arrumação e Cuidador de Idoso.

As oportunidades são voltadas para jovens e adultos beneficiários de programas sociais do governo federal. Para se candidatar, é preciso ser maior de 16 anos, apresentar cópia de RG e CPF, comprovantes de residência e escolaridade (de

acordo com cada curso). Menores de 18 anos devem ser acompanhados de responsável legal.

A Unidade Avançada de Hospitalidade do Senac-RJ na Rocinha proporciona a jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social condições de ingressar no mercado de trabalho, contribuindo para a construção de carreiras e, em paralelo, atuando no desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro.

As inscrições devem ser feitas diretamente na unidade, localizada no Centro Municipal de Cidadania Rinaldo de Lamare (Av. Niemeyer, 776, 16º andar), das 8h às 17h. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (21) 2018-9049.

TRABALHO A FAVOR DO BRASIL

Accesse o site afavorodobrasil.cnc.org.br e conheça as ações que o Sistema Comércio vem realizando para ajudar o país a superar a crise.

www.portaldocomercio.org.br

@sistema.cnc
 @sistemacnc
 @sistemacnc
 @tvconline

CB.PODER

ANS busca equilíbrio para o rol taxativo na saúde privada

Em meio a discussões sobre o rol taxativo de convênios médicos, o presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Paulo Rebello, entende que é preciso buscar uma alternativa para evitar que o rol prejudique tanto os convênios, quanto a população. Em entrevista para o **CB.Poder** — programa do **Correio** em parceria com a TV Brasília —, o chefe da agência afirmou que já há negociações com a indústria farmacêutica para financiar medicamentos de alto custo.

“Estamos em negociações, junto com a indústria, para tentar encontrar formas de financiamento desse tipo de medicamento. Não tenho ainda um tipo de solução, e o fato é que a indústria ainda está sensível a essa questão. A gente precisa sentar à mesa e dialogar mais para tentar encontrar uma forma de financiar esses medicamentos de alto custo”, comentou, em entrevista ao jornalista Carlos Alexandre de Souza.

O rol taxativo é uma lista de

procedimentos em saúde, aprovada por meio de resolução da agência e atualizada periodicamente. Nesse rol, são incluídos os exames e tratamentos com cobertura obrigatória pelos planos de saúde, conforme a segmentação assistencial do plano.

Em agosto do ano passado, o Senado Federal aprovou, por unanimidade, a Lei 14.454, que acabou com o rol taxativo da ANS. Paulo Rebello questiona a ideia de que ainda há um rol taxativo, ou exemplificativo (que pode abranger outros medicamentos não incluídos na lista). Segundo ele, o que há atualmente é um ‘rol dinâmico’.

“(O rol) Não é taxativo e não é exemplificativo. Para se ter uma ideia, somente no ano passado, nós tivemos 15 incorporações de 50 itens dentro do rol. Ou seja, a Agência está aprimorando o seu processo, cada vez mais aberto, cada vez mais contínuo, ou seja, nós tínhamos um prazo de dois anos de incorporação e esse processo foi evoluindo”, argumentou o presidente.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Rebello: antes do rol, não havia parâmetros sobre medicamentos

Para Rebello, o rol cumpre o papel de oferecer o mínimo de assistência médica a usuários de planos de saúde. Ele também ressalta que, antes da Lei 9.656, que estabeleceu o Marco Legal do Setor de Saúde Suplementar, não havia qualquer parâmetro para o fornecimento desses medicamentos.

“Na verdade, o rol foi um divisor de águas dentro desse setor, que estabeleceu aquilo que

o beneficiário poderia receber. Então, obviamente que qualquer tecnologia nova que for incorporada, você vai ter um impacto dentro do custo, que vai ser repassado para o beneficiário. Então, por isso que há essa discussão relacionada à questão de novas tecnologias”, pondera o dirigente da ANS. (RP*)

*Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza